

MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas da
Mafe Energia e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Mafe Energia e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos descritos no parágrafo a seguir intitulado "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mafe Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, a Companhia possui valores a receber e a pagar com partes relacionadas, registrado no ativo não circulante e passivo não circulante, respectivamente, no montante nominal de R\$ 86.778 mil e R\$ 146.054 mil. Entre essas operações, há contratos cujos pagamentos são condicionados a quitação do principal e a sobra de fluxo de caixa. Não foi apresentado o fluxo de caixa projetado e os encargos financeiros, o que nos impossibilitou de avaliar, no momento, a sobra de caixa para pagamento da remuneração pactuada, bem como mensurar respectiva incidência dos juros e correções, atrelados à condição suspensiva no contrato, bem como avaliar os possíveis reflexos tributários dessas transações. Dessa forma, ficamos limitados de concluir sobre os possíveis efeitos originados dessa transação nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

Ressalva em controladas

As controladas Curuá Energia S.A. e Buriti Energia S.A. realizam transações significativas com partes relacionadas. Estas operações há contratos cujos pagamentos são condicionados a quitação do principal e a sobra de fluxo de caixa. Não foi apresentado o fluxo de caixa projetado e os encargos financeiros, o que nos impossibilitou de avaliar, no momento, a sobra de caixa para pagamento da remuneração pactuada, bem como mensurar respectiva incidência dos juros e correções, atrelados à condição suspensiva no contrato, bem como avaliar os possíveis reflexos tributários dessas transações. Dessa forma, ficamos limitados de concluir sobre os possíveis efeitos originados dessa transação nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Mafe Energia e Participações S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase em controladas

As controladas Curuá Energia S.A. e Buriti Energia S.A. são parte solidária em ação de cobrança judicial movida pela Empresa MB Service Engenharia e Representação Ltda., conforme Processo nº 0190221-14.2012.8.26.0100, para o qual foi proferida decisão judicial de penhora de 30% do faturamento líquido das partes solidárias até que se alcance o limite de R\$ 67.824 mil, sendo que deste montante encontra-se registrado como provisão de perda na contabilidade o montante de 3.623 mil em Curuá, e 3.623 mil em Buriti, conforme julgamento dos seus assessores jurídicos. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 23 de maio de 2024.

MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2023	2022		Nota explicativa	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.278	286	Fornecedores		392	221
Adiantamentos a fornecedores		860	574	Obrigações tributárias		374	343
Despesas antecipadas		291	266	Obrigações trabalhistas		26	44
Impostos a recuperar		9	4			<u>792</u>	<u>608</u>
		<u>4.438</u>	<u>1.130</u>				
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	5	86.778	72.463	Obrigações tributárias		450	728
Investimentos	6	364.394	307.445	Partes relacionadas	5	146.054	125.062
Impostos a recuperar		4	4			<u>146.504</u>	<u>125.790</u>
		<u>451.176</u>	<u>379.912</u>				
				Patrimônio líquido			
				Capital Social	8	1	1
				Reserva de lucros		308.317	254.643
						<u>308.318</u>	<u>254.644</u>
Total do ativo		<u><u>455.614</u></u>	<u><u>381.042</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>455.614</u></u>	<u><u>381.042</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(3.305)	(3.439)
Outras despesas, líquidas		(2)	(5)
Resultado com equivalência	6	56.949	55.887
		53.642	52.443
Resultado antes do resultado financeiro		53.642	52.443
Resultado financeiro líquido		32	20
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		53.674	52.463
Lucro líquido do exercício		53.674	52.463
Lucro líquido por ação (Em R\$)		53.674	52.463

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	53.674	52.463
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	53.674	52.463
Total do resultado abrangente atribuível aos		
Acionistas	53.674	52.463
	53.674	52.463

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de lucros	Lucro líquido / (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1	202.180	-	202.181
Lucro líquido do exercício	-	-	52.463	52.463
Constituição de reserva de lucros	-	52.463	(52.463)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1	254.643	-	254.644
Lucro líquido do exercício	-	-	53.674	53.674
Constituição de reserva de lucros	-	53.674	(53.674)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1	308.317	-	308.318

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	53.674	52.463
Itens que não afetam o caixa operacional		
Equivalência patrimonial	(56.949)	(55.887)
	<u>(3.275)</u>	<u>(3.424)</u>
(Diminuição)/aumento nas contas do ativo e passivo		
Adiantamentos a fornecedores	(286)	(59)
Impostos a recuperar	(5)	(3)
Despesas antecipadas	(25)	(31)
Fornecedores	171	17
Obrigações tributárias	(247)	(181)
Obrigações trabalhistas	(18)	23
	<u>(3.685)</u>	<u>(3.658)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	6.677	3.943
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>6.677</u>	<u>3.943</u>
	<u>2.992</u>	<u>285</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.992</u>	<u>285</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	286	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.278	286
	<u>2.992</u>	<u>285</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

Fundada em 2006 no município de São Paulo - SP, a Mafe Energia e Participações S.A., iniciou suas atividades com gestão de participações societárias (holding), participação no capital social de outras Companhias como controladora ou investidora e outros investimentos.

Tem como objeto social as atividades de exploração de concessões de serviços públicos e privados de transmissão relativo à linha de energia elétrica, instalação de PCH (pequenas centrais hidrelétricas), prestação de serviços públicos e privados na área de energia elétrica e serviços acessórios ou correlatos, podendo administrar e ou incorporar outros sistemas de energia e prestar serviços técnicos de sua especialidade.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 23 de maio de 2024.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos afetados.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5 - partes relacionadas: constituição de provisão para perdas esperadas de créditos;

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.3. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração:

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e partes relacionadas são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, fornecedores são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Custos de empréstimos:

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.4. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2), para fins de demonstrações contábeis da controladora.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controladora e o valor contábil e reconhece o montante da demonstração do resultado da controladora.

3.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos:

- Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

3.7. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

3.8. Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações monetárias e cambiais líquidas.

3.9. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na Norma IAS 1/CPC 26 - apresentação das demonstrações contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

b) Alteração na Norma IAS 12/ CPC 32 - tributos sobre o lucro

i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Companhia.

ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

- c) Alteração na Norma IAS 8/ CPC 23 - políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração em informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as empresas fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

3.10. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações, a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na Norma IFRS 16/CPC 06 (R2): acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- b) Alterações na Norma IAS 1/CPC 26: esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- c) Alterações na Norma IAS 1/CPC 26: esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório afetam o direito de uma companhia de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1): esclarece que uma companhia deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da companhia - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2): exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que são emitidas pelo IASB.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Aplicações financeiras	<u>3.278</u>	<u>286</u>
	<u>3.278</u>	<u>286</u>

5. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia suas controladoras, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas da Empresa, seus administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares, conforme definição no Pronunciamento CPC 5(R1).

A Companhia firmou instrumento particular de assunção de dívida e outras avenças de sua controlada Buriti Energia S.A. no montante atualizado até a data da assinatura do contrato de R\$ 52.288 e de sua controlada Curuá Energia S.A. no montante atualizado até a data da assinatura do controlado de R\$ 197.712, referente a mútuos junto à parte relacionada Heber Participações S.A., celebrado em 1º de agosto de 2012, a ser pago em 180 meses, sendo acordado que o pagamento das parcelas ocorrerá tão somente por meio de 86 % da sobra do fluxo de caixa, se existente, respeitando e priorizando o pagamento com BNDES, as despesas ordinárias com funcionários, operação, manutenção, impostos e outras despesas necessárias para o regular funcionamento da Companhia.

MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

O instrumento particular de assunção de dívida foi firmado com a anuência da Heber Participações S.A. onde transferiu o montante dos créditos das empresas Curuá e Buriti para Mafe Energia e Participações S.A., controladora das Companhias, passando assim a Mafe a ser devedora da Heber nos termos do instrumento de assunção de dívida, ficando suas controladas como garantidora. A liquidação do principal ocorreu em 2023.

Descrição	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Curuá Energia S.A.	-	55.561	8.900	28.970
Buriti Energia S.A.	-	72.212	2.797	66.115
ETL Administração de Bens e Participações Ltda.	3.331	-	1.896	-
Heber Participações S.A.	12.094	-	-	11.697
Eletricidade Paraense S.A.	3.965	-	3.965	-
Edison Lobão Filho	6.333	-	6.333	-
Fabiola Cassia de Noronha Sampaio	17	-	17	-
William Sousa Pinheiro	554	-	554	-
Mara Daisy Gil Dias	27.329	18.281	23.456	18.280
Fernando Antônio Bertin	18.560	-	14.255	-
Filadelfo dos Reis Dias	18.560	-	14.255	-
	<u>90.743</u>	<u>146.054</u>	<u>76.428</u>	<u>125.062</u>
(-) Provisão de perda de crédito	(3.965)	-	(3.965)	-
	<u>86.778</u>	<u>146.054</u>	<u>72.463</u>	<u>125.062</u>

Remuneração da Administração

Em 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Direção da Companhia, totalizou R\$ 2.267 (em 2022, R\$ 2.400), incluindo salários, honorários e benefícios variáveis.

6. Investimentos

Descrição	2023	2022
Curuá Energia S.A.	282.821	237.502
Buriti Energia S.A.	81.573	69.943
	<u>364.394</u>	<u>307.445</u>

Participação no capital social das investidas:

31 de dezembro de 2023	Capital social	Participação (%)	Participação controladora
Curuá Energia S.A.	9.066	99,00%	8.975
Buriti Energia S.A.	5.209	99,00%	5.157

Movimentação durante os exercícios:

Descrição	01/01/2023	Equivalência	31/12/2023
Curuá Energia S.A.	237.502	45.319	282.821
Buriti Energia S.A.	69.943	11.630	81.573
	<u>307.445</u>	<u>56.949</u>	<u>364.394</u>
Descrição	01/01/2022	Equivalência	31/12/2022
Curuá Energia S.A.	194.241	43.261	237.502
Buriti Energia S.A.	57.317	12.626	69.943
	<u>251.558</u>	<u>55.887</u>	<u>307.445</u>

7. Contingências

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 1.000 em 2023 (em 2022, o mesmo), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

8. Patrimônio líquido

Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 1 (em 2022, o mesmo) representados por 1.000 ações ordinárias sem valor nominal.

9. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre das decisões da Administração da Companhia, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras conforme elas vençam.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração.

Aspectos ambientais

As instalações da Companhia e suas atividades estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e controles. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

10. Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.